



GANHOS REAIS DE SALÁRIOS

Em nossa última Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) alcançamos um reajuste salarial de 9%, contra uma inflação acumulada de 6,34% medida pelo INPC (IBGE).

Apesar das dificuldades impostas pela classe empresarial nas negociações, nossa categoria tem conquistado reajustes

importantes nas últimas CCTs, para a recuperação do valor real dos salários. Enquanto a inflação acumulada nos últimos três anos chegou a 18,95%, conseguimos reajuste que alcançaram 27,8% no mesmo período.

Confira os novos salários e demais benefícios da Convenção. **Página 4**

VENENO NO AR

A SAÚDE DOS TRABALHADORES QUE POSSAM ENFRENAR E CONVIVER EM CONTATO COM O COMBUSTÍVEL



COMO IMPEDIR O LUCRO COM AS MORTES E DOENÇAS ?

Além de impedir a corrosão dos salários e dos nossos direitos continua a luta árdua do Sindicato contra as inúmeras ameaças aos trabalhadores. O lobby patronal continua forte com seus representantes em várias instâncias do Poder Legislativo, projetos para aumentar o lucro com o sacrifício dos trabalhadores e da população consumidora. Neste ano, o movimento sindical mantém toda atenção contra projetos como o auto-atendimento em postos de combustíveis, além de lutar contra a violência dos assaltos e da contaminação por agentes como o benzeno. Veja editorial na **página 2**



“Sindicalização Premiada” para quem fortalece a luta

Como já anunciamos em nossa página da internet, apresentamos os

primeiros trabalhadores sorteados na promoção “Sindicalização Premiada”, que tiveram seus prêmios entregues na sede do Sindicato.

Esta promoção permite uma maior aproximação entre os trabalhadores e o sindicato, participando cotidianamente da vida da entidade e dos eventos que objetivam a integração da categoria. Os premiados no primeiro sorteio, em dezembro, foram os seguintes:



• **Cristiane Rodrigues de Freitas** (Posto Esmeraldas) - tablet

• **Igor Santiago dos Santos** (Ferreira Participações e Empreendimentos Ltda) - Tv 43”

• **Girlane da Cruz Almeida** (Rio Grande Combustíveis Ltda) - Lavadora 10 Kg

• **Denise Serafim do Nascimento** (Comercial Macersop Ltda) - Aparelho Celular

• **Jose Gonçalves dos Santos** (Posto VHR Ltda) - Bicicleta Aro 20

Sindicatos devem ficar atentos contra ameaças

Possidônio Valença de Oliveira

O SINPOSPETRO-BH e demais sindicatos que representam frentistas em todo o País continuamos intensa luta contra problemas crônicos que ameaçam cotidianamente os trabalhadores. Além de exercermos atividade perigosa com inflamáveis e substâncias corrosivas da saúde, como o benzeno, somos ainda vitimados cada vez mais pela violência nos assaltos em postos de combustíveis.

A tarefa aparentemente simples de encher um tanque de combustível requer cuidados extremos na proteção dos próprios trabalhadores e dos consumidores. Além de exigir as condições de trabalho, proteger salários e direitos dos trabalhadores, enfrentamos projetos altamente nocivos que visam apenas aumentar margens de lucros dos empresários, ganância que significa mortes e doenças por causa dos níveis de contaminação de substâncias como o benzeno.

Chamamos atenção para algo que nos preocupa: a responsabilidade dos empresários e autoridades públicas com a saúde da população. Exigimos que órgãos fiscalizadores, representações médicas e autoridades vejam o risco de projetos que tramitam no Congresso Nacional e em várias câmaras legislativas pelo País, visando apenas o interesse da comercialização de combustíveis sob a ótica do lucro, com severos impactos na saúde, desempregando profissionais qualificados e treinados.

Lutamos contra projetos absurdos como o que tramita no Senado Federal, um lobby empresarial, para regulamentar o “self-service”, ou auto-atendimento, nos postos de combustíveis. Não se trata de preocupação nossa exclusivamente com os milhares de trabalhadores que seriam demitidos, mas também porque os consumidores não iriam para os postos de combustíveis com equipamentos de proteção individual, não ganhariam adicional de periculosidade de 30% e não procederiam da forma necessária contra a contaminação de sua saúde.



Enquanto orientamos os trabalhadores quanto à segurança, para não encher tanque após o acionamento da trava de segurança, o que pode ocasionar contaminação, os políticos querem entregar tal atividade ao cidadão comum. Temos uma vastidão de estudos comprovando os altos níveis de contaminação por benzeno, que provoca câncer, doenças de pele, impotência sexual e severo risco para gestantes.

A segurança nos postos de combustível vem sendo debatida pela Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal e pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que diagnostica “certos tipos de perturbações mentais ou comportamentais, como a depressão e ansiedade”, motivado pelo stress. O adoecimento dos frentistas está regularmente associado com o trauma psicológico com a iminência dos assaltos diariamente.

Todos estes traumas continuam na pauta de ações do Sindicato para serem atacadas. Será uma luta pela segurança e pela saúde de todos, trabalhadores frentistas e população consumidora. Nossa mobilização envolverá denúncias nos órgãos fiscalizadores, na Organização Mundial de Saúde, e em grande pressão sobre os legisladores, contando para isto com o apoio de toda a população para exigir responsabilidade pública dos “donos do poder”.

Convênios para descontos a associados são ampliados

O Sindicato mantém várias equipes que visitam empreendimentos em vários municípios para estabelecer contratos de convênios que estabeleçam descontos em preços de serviços e produtos para os trabalhadores sindicalizados.

A lista dos convênios já firmados é permanentemente atualizada e pode ser consultada na página do sindicato na internet, no endereço www.sinpospetrobh.org.br

Confira mais este benefício oferecido pelo sindicato aos sindicalizados.

FRENTISTAS EM COOPERATIVAS GANHAM A PROTEÇÃO DO SINDICATO

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT-MG) reconheceu, em 14 de janeiro/2015, o vínculo dos trabalhadores em posto de gasolina na Copersete (Cooperativa Regional de Produtores Rurais de Sete Lagoas) como pertencentes à nossa categoria, passando a usufruir de todas as conquistas de nossas convenções coletivas. O juízo concluiu que o SINPOSPETRO-BH é o legítimo representante daqueles trabalhadores.

Esta decisão se aplica a a trabalhadores em demais cooperativas que mantêm trabalhadores em postos de abastecimentos de combustíveis. O sindicato defenderá os direitos de todos os companheiros nestas condições, para que os patrões respeitem nossos direitos conquistados.

Sindicato está de olho em intervalo de uma hora irregular

Muitos trabalhadores têm reclamado com o Sindicato que algumas empresas estariam fazendo intervalos de uma hora para descanso pouco depois de iniciada jornada diária.

Queremos alertar que já temos, inclusive, decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que condenou empresa por este expediente irregular. Os julgadores argumentaram que o

intervalo serve justamente para a “recuperação física e mental do trabalhador e aplicado logo após o início do trabalho não cumpre sua finalidade”.

Este tipo de ocorrência pode servir para fraudar o direito dos trabalhadores e, quando de reclamação judicial, as empresas ficam sujeitas à indenização. Alertamos aos trabalhadores para informarem ao sindicato momentos em que tal prática estaria acontecendo, para solicitarmos fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e possamos requerer o direito dos companheiros.

Reajuste de 9% nos salários garantiu mais uma convenção coletiva com ganho real

Índice é bem superior ao INPC que registrou a inflação acumulada em um ano

O processo de negociação da Convenção Coletiva de Trabalho 2014 para a categoria passou por momentos de extremo stress, mas, depois de inúmeras reuniões com a representação patronal, chegamos a um resultado muito positivo, reajustando os salários da categoria em 9%, bem superior aos 6,34% registrados pelo INPC (IBGE) para a inflação acumulada no período até a nossa data-base de 1º de novembro. As diferenças salariais serão pagas nos salários de fevereiro e março.



Os trabalhadores conquistaram ainda um reajuste de 14,58% na Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de R\$ 660,00, em três parcelas de R\$ 220,00 em abril, maio e junho. Obtiveram também um valor de R\$ 90,00 como cesta básica, um reajuste de 20%.

EVOLUÇÃO

“As negociações da Convenção Coletiva foram difíceis no final do ano, os patrões mostraram-se irredutíveis desde o início, argumentando estarmos no momento de recessão econômica, mas foi muito importante nossa estratégia d

unidade com outras entidades, de forma a pressionar a representação patronal.” A afirmação do presidente do Sinpospetro-BH, Possidônio Valença de Oliveira, ressalta que a categoria alcançou nas negociações quase o equivalente ao acumulado por uma inflação e meia: “O reajuste estabeleceu um ganho real, 2,66% nos salários acima de uma inflação de 6,34%.”

Convenções garantem ganhos reais nos salários e nos benefícios

O Sindicato vem alcançando resultados positivos nos acordos coletivos, com ganhos reais em relação à inflação registrada pelo INPC.

Na data-base, em 2012, enquanto o INPC registrou 5,95% de inflação, nosso reajuste foi de 9,07%. Novo ganho real aconteceu em 2013, com um INPC de 5,58% e um reajuste salarial de 7,5%. Na última data base, chegamos aos 9% de reajuste contra uma inflação de 6,34%. Nestes três anos consecutivos, enquanto a inflação acumulou 18,95%, nossos salários foram reajustados em 27,8%.

Estes reajustes com ganhos reais garantem que nosso piso

salarial não seja suplantado pelo salário mínimo, que recebe há muitos anos o reajuste pela inflação anual (INPC) somado à variação do PIB (Produto Interno Bruto). Com esta política de reajustes conseguimos aumentar nossa diferença entre nosso piso e o salário mínimo.

Um dos pontos importantes que devemos destacar na Convenção Coletiva é a garantia do Seguro de Vida em Grupo para os trabalhadores e termos reforçado a conquista de descanso obrigatório de dois domingos por mês, não permitindo que sejam trocados por outro dia, para que possamos manter seu convívio familiar.

NOVA TABELA DE SALÁRIOS

Gerente, caixa, frentista caixa, lavador, vadeiteiro, lubrificador, enxugador, trocador de óleo, encarregado, chefe de pista, faxineiro, borracheiro, vigia, auxiliar de escritório e demais funcionários de lojas de conveniência.

FRENTISTA DIURNO		
PISO SALARIAL	R\$	857,11
30% PERICULOSIDADE	R\$	257,13
TOTAL	R\$	1.114,24
HORA EXTRA		
HORA EXTRA 60%	R\$	8,10
HORA EXTRA 100%	R\$	10,13
FRENTISTA CAIXA DIURNO		
PISO SALARIAL	R\$	857,11
30% PERICULOSIDADE	R\$	257,13
ADICIONAL CAIXA	R\$	111,42
TOTAL	R\$	1.225,66
HORA EXTRA		
HORA EXTRA 60%	R\$	8,91
HORA EXTRA 100%	R\$	11,14
FRENTISTA NOTURNO		
PISO SALARIAL	R\$	857,11
30% PERICULOSIDADE	R\$	257,13
ADICIONAL NOTURNO	R\$	222,85
TOTAL	R\$	1.337,09
HORA EXTRA		
HORA EXTRA 60%	R\$	9,72
HORA EXTRA 100%	R\$	12,15
FRENTISTA CAIXA NOTURNO		
PISO SALARIAL	R\$	857,11
30% PERICULOSIDADE	R\$	257,13
ADICIONAL NOTURNO	R\$	222,85
ADICIONAL CAIXA	R\$	111,42
TOTAL	R\$	1.448,51
HORA EXTRA		
HORA EXTRA 60%	R\$	10,53
HORA EXTRA 100%	R\$	13,17
PLR TOTAL	R\$	660,00
3 PARCELAS	R\$	220,00

TRABALHADORES TÊM DIREITOS AMEAÇADOS

Centrais e sindicatos se mobilizam para garantir os direitos constitucionais

Os trabalhadores têm motivos de sobra para se preocuparem com ameaças aos direitos trabalhistas, após a edição das medidas provisórias (MPs) 664 e 665, em 30 de dezembro do ano passado. Elas estipulam mudanças no Seguro-Desemprego, Abono Salarial, Seguro-Defeso, Pensão por Morte, Auxílio-Doença e Auxílio-Reclusão. Todas as centrais sindicais se manifestaram e pressionam o governo contra as medidas.

“Essas medidas restringem o alcance a direitos trabalhistas, excluindo milhões de pessoas da possibilidade de acessá-los.” Com o sacrifício, o Governo quer uma economia de R\$ 18 bilhões, após ter favorecido o setor empresarial nos últimos anos com a redução de alíquotas de IPI, desonerações, que “representaram cerca de R\$ 200 bilhões a título de renúncia fiscal”. A afirmação é de um relatório produzido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), para o qual não justifica “que o ajuste se inicie exatamente pela parcela mais vulnerável da população”. Para ele “as medidas destoam da estratégia implementada pelo próprio Governo nos últimos anos, cuja finalidade era a melhoria da distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais”.

IMPACTOS NOS DIREITOS TRABALHISTAS

O Dieese utilizou dados da RAIS 2013 para demonstrar o impacto das medidas. Naquele ano, foram demitidos 12,5 milhões de trabalhadores sem justa causa. Desses, 25,9%, ou seja, 3,2 milhões não tiveram direito ao seguro desemprego, por terem menos de seis meses de emprego. Pelas novas regras, a necessidade de 18 meses nos últimos 24 meses para ter direito, o número dos que ficariam sem o seguro desemprego subiria para 8 milhões, 64,4% de desempregados desamparados pelo seguro. O maior impacto recai sobre trabalhadores na construção civil e agricultura, onde há maior rotatividade de mão de obra.

As medidas alteram também as regras para recebimento do “abono salarial”. Hoje o trabalhador precisa comprovar um mês de emprego no ano anterior ao pagamento, para receber o valor de 1 salário mínimo. Com a mudança, precisaria comprovar 180 dias ininterruptos (seis meses) no ano anterior, e o valor a receber seria proporcional ao tempo de trabalho, variando de meio a 1 salário mínimo. Pelos dados de 2012, seriam excluídos desse direito constitucional cerca de 9,94 milhões de trabalhadores e o restante receberia um valor inferior ao que é pago atualmente. Apenas 35% do total receberiam o mesmo direito de antes. O governo quer fazer uma economia de R\$ 8,45 bilhões sobre a população já severamente castigada pela rotatividade no trabalho. O Dieese demonstra que 43,4% dos trabalhadores formais permanecem menos de seis meses num mesmo emprego. Mais da metade - 54,8% - ganhavam, em 2013, até dois salários mínimos.

A medida altera também o seguro-defeso, restringindo o acesso ao direito a trabalhadores qualificados como pescadores artesanais. Exige atividade exclusiva e ininterrupta, comprovante de venda de pescados e contribuição previdenciária, sujeitos a requerimentos junto ao INSS e carência de três anos. Dados de 2010 contabilizavam 652.000 pescadores artesanais no País.

Para justificar as medidas o governo afirma que as despesas a



cargo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) teriam passado de 0,54% do PIB, em 2002, para 0,92%, em 2013. Afirma a necessidade de investir mais em políticas ativas de emprego. O Dieese afirma que o governo está cortando gastos destinados a políticas passivas, sem indicar ações que possam fortalecer as políticas ativas, principalmente relativas ao Sine.

PENSÃO POR MORTE E AUXÍLIO DOENÇA

Entre as medidas mais polêmicas e nocivas está a MP 664, que altera a “pensão por morte”, inclusive para servidores públicos, e “auxílio doença”. Em 2013,

mais de 7,1 milhões de pessoas recebiam pensões por morte, com um gasto total de R\$ 76,1 bilhões, uma média aproximada de R\$ 890/mês por beneficiário. Pouco mais de 57,5% das pensões são de um salário mínimo.

Na pensão por morte, as mudanças pretendidas pelo governo a partir de 1º de março, exigem:

- estabelecimento de carência mínima de 24 contribuições previdenciárias por parte do trabalhador falecido para que a família receba o benefício; exceto em caso de acidente de trabalho seguido de morte. Antes não havia carência;
- exigência de dois anos de casamento (ou união estável), exceto nos casos de morte por acidente de trabalho ou para o cônjuge incapaz/inválido. Antes não era exigido tempo;
- a pensão cai de 100% para 50% do salário do falecido somado a mais 10% por dependente, até o limite de 100%;
- a duração da pensão passa a levar em conta a idade do cônjuge/companheiro; apenas cônjuges com 44 ou mais anos de idade recebem a pensão vitaliciamente;
- não terá direito à pensão por morte o condenado pela prática de crime doloso que tenha resultado na morte do segurado (esta medida entrou em vigor em 31/12/2014).

As mudanças no auxílio doença também estão programadas para 1º de março próximo. As mudanças são as seguintes:

- o auxílio passa a ser pago apenas após 30 dias de afastamento, e não mais depois de 15 dias de licença médica;
- a empresa passa a pagar os primeiros 30 dias de afastamento e o INSS paga a partir do 31º dia;
- o valor pago passa a ter o teto equivalente à média das últimas 12 contribuições;
- a perícia médica poderá ser realizada por meio de convênios do INSS com empresas privadas ou com outros órgãos e entidades públicas (esta medida entrou em vigor em 31/12/2014). Essa é uma questão extremamente preocupante porque significa transferir a perícia para as empresas, ou seja, na prática privatizar a perícia.

Em 2013, receberam o benefício 182.030 trabalhadores. O gasto naquele ano de foi de R\$ 2,6 bilhões, o que representa média mensal de aproximadamente R\$ 1.100,00 por beneficiário.

A MP 665 altera também as regras para o auxílio-reclusão. Passa-se a exigir também, no mínimo, dois anos de casamento (ou união estável) para o cônjuge do preso ter acesso ao auxílio. Em 2013, o auxílio foi pago às famílias de 43.203 presos, com um gasto de R\$ 382 milhões com o auxílio.